

Gênero: uma construção do movimento feminista?

Linamar Teixeira de Amorim[♦]

1. Introdução

O tema geral deste trabalho é a relação entre gênero e movimentos sociais. Trata-se de um estudo sobre gênero, baseado na história das mulheres e do movimento feminista, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX. Mas, também mostrar como a sua formação sócio-cultural interfere na concepção de si e da sua história. Tais influências evidenciam contradições existentes no interior do movimento feminista, entretanto, isso não permite a sua desvalorização, afinal, são essas mesmas contradições que possibilitam repensar o movimento e suas implicações.

Cabe ressaltar ainda que, embora esse artigo não privilegie uma pesquisa de campo específica, o tema foi amplamente estudado, pesquisado, possibilitando uma fundamentação teórica consistente. O presente trabalho objetiva demonstrar a conexão entre o movimento feminista e a construção da categoria gênero. Mais ainda, apontar que as questões que envolvem essa relação ainda não foram totalmente resolvidas. A discriminação, a distribuição do “poder” na sociedade baseia-se fundamentalmente nas diferenças entre o feminino e masculino e, nas relações sociais construídas.

2. Luta feminista: transformação pela consciência

O movimento feminista, primeiro buscava a garantia de direitos iguais aos homens: trabalhar, jornada de trabalho menor, liberdade sexual, entre outros. Passada a euforia de todas as conquistas, a mulher ainda não obteve êxito no reconhecimento social e

[♦] Mestre em sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente aluna do doutorado em sociologia da Universidade Federal de Goiás. teixeiradeamorim@yahoo.com.br

financeiro, obviamente há exceções. Infelizmente, de maneira geral a mulher ainda é vista com desconfiança no exercício profissional. A enorme diferença de salários entre homens e mulheres apesar de desempenharem as mesmas tarefas, de ocuparem os mesmos cargos, provavelmente expresse essa percepção preconceituosa, que por sua vez reflete o aspecto cultural da sociedade brasileira. Ou seja, uma formação social estruturada na divisão dos sexos. Muitas mulheres já ocupam postos de chefia em empresas altamente hierarquizadas, entretanto, esse número é ainda muito desproporcional a ocupação masculina nas mesmas posições de comando, sem falar na remuneração bastante inferior. São muitas as dificuldades de acesso a determinados cargos, pois em princípio são “lugares” próprios dos homens.

O avanço da participação feminina no trabalho aumenta consideravelmente, porém a posição real da mulher não é das mais promissoras. Apesar de encontrar-se aberto para ela o mercado de trabalho, ainda é considerada mão-de-obra de reserva. Mesmo quando possui qualificação profissional, é induzida a exercer *profissões femininas* (cf. Isto não é serviço para mulher) e os cargos mais importantes ainda são reservados aos homens. Até hoje impera o preconceito de que as mulheres foram feitas para desempenhar tarefas secundárias (LEITÃO, 1988, p. 74).

E não se pode omitir o desrespeito com o qual muitas vezes a mulher é tratada no trabalho. A beleza, elegância, sensualidade são características atribuídas culturalmente à mulher, ao homem basta a inteligência. Até mesmo na língua portuguesa tem-se inferiorizada a condição feminina, pois a forma de generalização para os dois sexos é masculina. Nessa perspectiva, para Simmel (2006), o significado cultural objetivo do movimento das mulheres está no fato de que elas preenchem formas de existência até então reservadas aos homens. Nesse sentido, as realizações insuficientes são consideradas femininas; o elogio é de que a mulher é viril, que é a representação do homem/masculino, este é o traço masculino da cultura.

Para Bourdieu (2010), o privilégio masculino reside no fato de que todo homem deve sempre afirmar sua virilidade. Assim, “a virilidade é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 2010, p. 67).

O controle sobre a sexualidade feminina, exercida social e culturalmente é responsável em grande medida pela ignorância de inúmeras mulheres sobre seus corpos. A

repressão sexual não se apresenta hoje com a mesma força de décadas passadas, todavia, este é um poderoso mecanismo de opressão à mulher em pleno século XXI. “Os manuais instrutivos mais popularizados e os artigos de revistas femininas que tratavam do tema não falavam em prazer, mesmo para as mulheres casadas, e sim em realidade a ser enfrentada, missão a ser cumprida” (BASSANEZI, 1997, p. 89). Contudo, até mesmo quando se admite que a mulher também tenha prazer na, esse prazer pode representar mais uma forma do domínio masculino. “O gozo masculino é, por um lado, gozo do gozo feminino, do poder de fazer gozar” (BOURDIEU, 2010, p. 30).

Essa repressão sexual não se apresenta hoje de forma tão generalizada e com a mesma força de décadas passadas, todavia, contrariando os propósitos de uma sociedade livre, igual, este é um poderoso mecanismo de opressão à mulher até hoje, em pleno século XXI.

Em nome da manutenção da *pureza* das garotas, era comum que as informações a respeito da sexualidade humana chegassem a elas marcadas por censuras, reservas, silêncios e preconceitos. [...] Os manuais instrutivos mais popularizados e os artigos de revistas femininas que tratavam do tema não falavam em prazer, mesmo para as mulheres casadas, e sim em realidade a ser enfrentada, missão a ser cumprida (BASSANEZI, 1997, p. 65).

Não obstante todas essas dificuldades, o feminismo no Brasil foi grandioso em suas conquistas. É inegável a sua importância enquanto movimento social brasileiro, porém a conquista dos direitos iguais não significou o fim da opressão feminina, tal qual fora previsto. Todavia, muitos foram os acertos, mas também são bastante numerosos os erros e estes têm de servir agora positivamente, como norteadores do caminho a seguir e daqueles a serem descartados para que a mulher possa superar a crise de identidade com a qual convive desde as mudanças ocorridas.

Segundo Franchetto (1981), as questões colocadas pelo movimento feminista pressupõem que a identidade feminina é socialmente construída. Portanto, o movimento buscou romper com essa prática de opressão da mulher. A importância do mesmo reside no fato do movimento representar os interesses femininos e, é por meio dele que a mulher se afirma enquanto sujeito social. “A natureza da intervenção que ele propõe e realiza

sobre os valores de determinada sociedade opera no sentido de garantir espaços sociais para a atuação das mulheres, feministas ou não” (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1981, p. 43).

3. A mulher no “mundo” do homem : relações de gênero?

O mundo masculino é marcado pelo poder e este é algo quase transcendental, tamanha é a sedução que exerce sobre as pessoas. São várias as formas de poder: poder político, religioso, intelectual e científico, econômico, militar, possivelmente essas sejam as mais sedutoras e complexas maneiras de manifestação de poder e mais representativas do sexo forte, masculino. A própria condição feminina de inferioridade, dependência, incapacidade, a qual foi fortemente combatida pelo movimento feminista, nos dá evidências dessas relações de poder.

As lutas femininas, para que a mulher tivesse seu espaço na sociedade moderna, levaram à discussões de uma perspectiva mais ampla, tese essa já difundida entre os estudiosos e algumas feministas. Nela, a reciprocidade, como base de sustentação no relacionamento entre homens e mulheres, implicará na “coexistência para além das diferenças”, para citar a compreensão a respeito dessa discussão, de Muszkat (1985, p. 41). Trata-se da necessidade de encontrar o equilíbrio para que as diferenças convivam, sem a obrigatoriedade de um dos sexos se sobrepor ao outro, reforçando a idéia de superioridade de um deles. O equilíbrio conferirá um caráter saudável às relações, nas quais as diferenças serão valorizadas e essenciais, ou seja, elas perderão a característica de negatividade. Essa capacidade de permanente questionamento, insatisfação, além de denunciar a necessidade de particularidade masculina por um longo período.

Enfim, a mulher, se expressa enquanto ser social ativo e inovador pelo ato criativo, por contestar inclusive a si mesma. E hoje, ela busca alternativas, instrumentos, que lhe propiciem a diferença como sua base de constituição social, papel anteriormente atribuído à igualdade. Deve-se ressaltar que diferença aqui não é a diferença entre sexos, mas as diferenças pessoais entre seres humanos, independentemente de sexo, cor, condição financeira. Ou de acordo com Mead (1979, p. 297): “Insistir que não há diferenças de sexo

numa sociedade que sempre acreditou nelas e dependeu delas, talvez seja uma forma tão sutil de padronização de personalidade como insistir em que existem muitas diferenças de sexo”.

Toda a luta feminina pode ser simplificada pela busca incansável e desenfreada de se alcançar os mesmos direitos que os homens. O reconhecimento social da mulher se dá através da sua masculinização, ou seja, a ela foi permitido um lugar igual ao do homem, mas ainda não se acredita na sua capacidade, eficiência e quando alguma se destaca, resta-lhe as formas masculinas de representação. É o que mostra a citação da fala de Eduardo Portela sobre Clarice Lispector - ‘A hora da estrela’. “Clarice Lispector não é ninguém, pois começa e termina nela. É o maior *narrador brasileiro* que trabalhou com a palavra” (LEITÃO, 1988, p.74). (o grifo é da autora). Diante da impossibilidade de negar a competência feminina, utiliza-se a forma masculina para compensar o fato de a mulher ter-se destacado, confirmando a superioridade do homem.

O movimento feminista, durante toda a sua existência, adotou como referencial de luta, o homem. Logo, a repressão passa a ser exercida pela mulher contra si mesma, a partir do momento em que se obriga a ocupar um lugar no mundo do homem, da mesma forma que ele faz, tomando como verdadeiro o modo de vida estabelecido pelo homem, outrora opressor e dominador. A pretensão aqui é de reverenciar os aspectos positivos do feminismo e, simultaneamente, apontar novos percursos, para a consolidação do novo ser social propiciado pelo movimento feminista.

Como pertence a uma sociedade complexa, perpassada por conflitos, contradições, a história da constituição de uma mulher livre dos pesados grilhões aos quais esteve presa por gerações e gerações, não pode ser menos contraditória. E, tendo como base as controvérsias, é justamente nestas que se firma a mulher, agora redefinida, ocupando o seu espaço social, ainda que nos parâmetros dos homens. Recomeçar pressupõe para o movimento feminista, a necessidade de repensar a mulher, a sua condição de ser humano, corrigir detalhes que não comprometem a relevância do movimento, mas são capazes de transformar a vida das mulheres.

Trata-se antes de uma revisão dos desejos e propósitos da nova mulher do século XXI, do que de um julgamento de erros e acertos daquelas consideradas precursoras. É quase impossível não observar que as mulheres de hoje também buscam papéis rejeitados no passado, os quais motivaram o questionamento proposto pelo movimento feminista. Embora tenham sido criadas para estudar, trabalhar, muitas mulheres colocam o casamento, os filhos,

na lista de objetivos a serem realizados e que, não se desvinculam da carreira profissional. O desejo ou a idealização quanto a casar e a ter filhos, nos dias de hoje parece “andar na contramão” de toda a evolução proporcionada pelo feminismo. No entanto, essa percepção unilateral de que a mulher está retrocedendo impede outra visão: a do encontro. Ou seja, tentando conciliar vida profissional e pessoal da forma por ela determinada, a mulher pode finalmente estar se encontrando, descobrindo a sua posição na sociedade, ainda de domínio masculino. O que também pode se traduzir pela idéia de realização plena, pois a mulher valoriza e desenvolve suas potencialidades enquanto ser humano.

Ao lutar para romper com as regras, acaba-se por gerar novas regras, às quais se fica novamente presa, são outros tabus, novas formas de aprisionar-se. Primeiro fora prisioneira de concepções que a impediam de desenvolver e expressar suas potencialidades cognitivas, profissionais. Em seguida, ao conquistar um relativo direito de igualdades, foi advertida de que teria de agir como um homem: dominar as emoções e sentimentos, entender de carros, pagar contas, priorizar a carreira em detrimento dos filhos e casamento, instituições que a subjugava e reprimia. Atualmente, após a conquista do seu espaço ainda que “masculinizado”, a mulher busca atingir a sua maturidade, entendendo que a profissão não a impede de ter uma família (esposo e filhos) e vice-versa. Ela está, com isso, se redefinindo social e culturalmente. Outra vez o sexo feminino está questionando o seu papel, o exercício da sua feminilidade e a implicação das vitórias alcançadas.

O foco de luta centralizado na igualdade entre os sexos foi de certa forma um equívoco, segundo Oliveira (1991), apesar de necessário, daí a importância de se redefini-lo, o que não significa buscar uma superioridade feminina. Uma mulher livre das predestinações, discriminações sócio-culturais, com as quais ainda convive e se contrapõe. Se assim for, essa liberdade se estenderá a toda a sociedade. “Quanto tempo e forças desperdiça para liquidar, sublimar, transferir complexos, falando das mulheres [...], temendo-as! Libertá-lo-iam, libertando-as. [...] Obstina-se nas mistificações destinadas a manter a mulher acorrentada”. (BEAUVOIR, 1990, p. 489).

No Brasil os estudos de gênero surgem em torno da problemática da “condição feminina”. Acreditava-se, inicialmente, que havia um problema específico da mulher, o qual devia ser pensado unicamente por elas, já que os homens as haviam silenciado e reprimido durante longo período. Segundo Grossi (2000), a discussão de gênero determina tudo que é social, cultural e historicamente definido e está em constante processo de

ressignificação, em virtude das interações concretas entre indivíduos do sexo feminino e masculino. Nesse sentido, “a sexualidade é apenas uma das variáveis que configura a identidade de gênero, como os papéis de gênero e o significado social da reprodução” (GROSSI, 2000, p. 27).

Toda discussão sobre as conquistas e as lutas femininas, sobretudo na segunda metade do século XX, está associada à construção do conceito de gênero. Pensar a questão da mulher significa, portanto, ir além da divisão dos papéis entre os sexos. Antes, é preciso perceber as relações em que se estabelecem e que os determina. Dessa forma, “romper com os estudos da substancialidade do que é a mulher e do que é o homem e com a determinação do biológico sobre o sexo é construir um novo paradigma, os estudos de gênero conseguiram construí-lo” (MACHADO, 1998, p. 112).

O gênero, como elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, é uma construção social e histórica que define a masculinidade e a feminilidade e os padrões de comportamento, aceitáveis ou não, tanto para homens quanto para mulheres (SCOTT, 1989). Gênero serve, dessa forma, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente definido. É mutável, pois está em constante processo de resignificação devido às interações concretas entre indivíduos do sexo feminino e masculino.

Muitos discursos e compromissos são oficialmente assumidos pelos governantes quanto aos direitos e saúde das mulheres, entretanto, não são efetivamente executados. Hoje elas já ampliaram seu espaço social de atuação, têm uma importante inserção nos meios educacionais e no mercado de trabalho, contudo, ainda prevalece uma visão de que as mulheres devem ser subjugadas aos homens (DALCUCHE, 2006).

Gênero se refere ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser homem ou ser mulher. Na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. As desigualdades de gênero tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras. “A inclusão da mulher como sujeito diferenciado das políticas públicas é o único caminho possível para o alcance mínimo de equidade social, nas sociedades contemporâneas” (FEGHALI, 2000, p. 279). O desinteresse pelas questões femininas (sua vida, saúde e direitos) está circunscrito no campo da cultura machista, em que os governos são em geral

comandados por homens que se consideram os únicos cidadãos e, portanto, os que têm direitos de cidadania (FEGHALI, 2000).

Entender gênero enquanto categoria de análise implica compreender melhor as relações sociais e culturais entre os sexos, uma vez que as relações entre os sexos são construídas socialmente, mas é preciso explicar como essas relações são construídas e por que são construídas desigualmente privilegiando o sujeito de sexo masculino.

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1994, p. 13).

Scott vai além das propostas que pensam gênero como construção social, bem como os conceitos que o apontam apenas como relações de poder assentado no domínio masculino, argumentando que há necessidade articular a noção de construção social com a noção de poder.

4 Considerações

Embora o feminismo possa ser visto como esgotado, repetitivo e para alguns até sem importância, este trabalho mostra a sua pertinência nos dias de hoje, ainda que implicitamente. A pretensão desse trabalho era antes uma tentativa de entender e localizar a mulher, a questão do feminismo, do que uma mera recapitulação das suas lutas e conquistas. E situá-lo atualmente, implica o reconhecimento da sua relevância passada e atual e mais, a percepção de que a liberdade do feminismo hoje abdica a exigência da igualdade, pois quer se firmar na coexistência recíproca das diferenças existentes entre homens e mulheres. É o abandono total a qualquer tipo de pretensão diferenciadora de forma negativa, isto é, nenhum dos dois sexos se sobrepõe ao outro.

As qualidades e características atribuídas social, histórica e culturalmente a homens e mulheres definem quais são as de um e de outro. Iniciativa, coragem, competência, controle emocional, responsabilidade, zelo, fragilidade, paciência, doçura, dependência, entre tantos outros atributos, tornam-se características altamente diferenciadoras do sexo. Ao invés de serem considerados traços constituintes do ser humano de maneira geral, podendo estar presentes tanto em homens e mulheres, tornam-se traços distintivos entre personalidade masculina e feminina. E isso é atribuído socialmente ao sexo e toda e qualquer mudança depende desse reconhecimento.

Portanto, a maior de todas as batalhas do movimento feminista no mundo de hoje, é alcançar de novo a consciência individual e coletiva de homens e mulheres sobre a sua situação real. Ainda há muito a conquistar, muito a descobrir sobre a mulher e muito que transformar. Não obstante, todas as conquistas femininas proporcionaram uma nova vida para a sociedade de maneira geral. Logo, o movimento feminista brasileiro, assim como qualquer outro, a todo o momento dá sinais de que a história e a cultura não estão determinadas para todo o sempre, elas estão em constante transformação. No caso específico do feminismo, observa-se o processo incessante e inesgotável de construir e reconstruir a mulher, as suas funções, desejos e frustrações.

É fundamental para o desenvolvimento social, o entendimento de que igualar homens e mulheres em comportamento significa perdas sociais, pois estamos desperdiçando as potencialidades, as características humanas de ambos. Adotar traços de

personalidade universais implica uma padronização humana, porém não é o caso de se defender a diferença entre os sexos. Talvez isso ainda esteja um pouco confuso para a sociedade como um todo, mas já estamos caminhando para o possível equilíbrio, para a valorização do ser humano. Ou seja, ao invés de estabelecer formas de comportamento padronizadas para homens e mulheres, deveríamos privilegiar padrões de comportamento que expressassem interesses, talentos, qualidades, traços diversificados, que compõem o indivíduo como um todo, um sujeito social ativo e consciente.

Assim, para finalizar, reforça-se a perspectiva de que a luta central do feminismo hoje, não se limita à abolição das distinções criadas pela cultura brasileira ao longo da sua história, destacando-se aqui a do sexo. Não será via supressão dessas diferenças, que as potencialidades individuais ocuparão definitivamente os seus lugares, sem a disputa entre os sexos de uma prevalecer sobre a outra. Para que cada sujeito social encontre o seu respectivo lugar, sem que haja a marca discriminatória dos aspectos de cor, idade, sexo, dinheiro, não se pode prescindir do reconhecimento dos atributos humanos. Portanto, a categoria gênero e sua perspectiva de análise centrada nas relações sociais se mostra fundamental para a sociedade do século XXI.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos anos dourados**. In: História das mulheres no Brasil 2^a. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 8^a. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DALCUCHE, Marise Gnatta. **A experiência de mulheres com câncer do colo do útero no Sistema Único de Saúde: uma análise sociológica**. Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. Laura V. C; HEILBORN, Maria Luiza. **Antropologia e feminismo**. Perspectivas Antropológicas da Mulher. V. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FEGHALI, J. **Gênero e controle social na saúde**. In: COSTA, A M., MERCHÁN-HAMANN, E. e TAJER, D. (Orgs.). Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas. Editora Universidade de Brasília, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Estudos de Gênero: Cadernos de área n. 9. Goiânia: Editora da UCG, 2000.

LEITÃO, Elaine V. **A mulher na língua do povo**. 2^a. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

MACHADO, Lia Zanotta. **Gênero: um novo paradigma?** Cadernos Pagu (11). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1998.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. 2^a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MURARO, Rose Marie. **Os seis meses em que fui homem.** 6^a. ed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1996.

MUSZKAT, Malvina e SEABRA, Zelita. **Identidade feminina.** 2^a. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **O elogio da diferença: o feminino emergente.** 2^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history.** Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 3, 1994.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor.** 3^aed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.